

EDUCAÇÃO

CORREIO BRAZILIENSE

27 MAR 1998

Universidades em pé de guerra

Instituições públicas disputam espaço com as escolas privadas, em um sistema que precisa das vagas oferecidas pelas duas

Um país, dois modelos. Não se trata de Hong Kong — a ilha capitalista comandada pelos chineses comunistas —, mas do modelo de educação superior no Brasil. Apesar do preconceito que rege a relação entre universidades públicas e privadas, não há mais como prescindir de um dos dois sistemas. Atualmente, as universidades privadas respondem por 60% das vagas em nível superior, dentro de um quadro em que cada vez mais falta lugar para todos os que gostariam de chegar lá.

A análise parece vir algum defensor do ensino particular tentando vender seu negócio. O autor, no entanto, é o reitor da Universidade Federal da Bahia, Luis Felipe Serpa. “Nós temos que parar com essa discussão se a educação é um dever do estado, com o ensino público, ou da família, com o privado”, afirma. “Isso tem impedido a escola superior de crescer no Brasil.”

Segundo dados da Unesco, o Brasil tem 10,81 matrículas por 100 mil habitantes. Perde para Argentina, Uruguai, Venezuela — países com produto interno bruto menor que o brasileiro. O trabalho de Serpa, apresentado na 63ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), em Fortaleza, provocou novas discussões e evidenciou mais uma vez o fosso que ainda existe dentro do sistema de ensino superior brasileiro.

Universidades privadas usam em sua defesa a responsabilidade pela maior parte das vagas oferecidas no país, principalmente no interior, onde as federais não chegam. Os setores públicos temem a expansão das particulares e as acusam de oferecer um ensino sem qualidade, sem atenção à pesquisa.

PRECONCEITO

“Existe realmente um preconceito contra as particulares, não há dúvida”, confirma Edson Souza, chefe de gabinete do Ministério de Educação (MEC), e ex-presidente da Fundação para Capacitação de Pessoal de Ensino Superior (Capes). As principais queixas referem-se aos mestrados e doutorados. Reitores são unânimes em afirmar que os critérios usados pela Capes para credenciar esses cursos das universidades particulares ultrapassam as exigências da lei. Um processo pode levar mais de quatro anos para ser aceito.

Se rigidez é excessiva, há também alguma razão para isso. Universidades públicas temem ver seus recursos — já exíguos — divididos com as instituições particulares. Serão menos bolsas de pós-graduação ou de formação, mais convênios a serem acertados com contrapartida federal.

Os defensores da universidade pública têm ainda um trunfo. No último Exame Nacional de Cursos, o Provão, as melhores universidades classificadas foram as federais. Todas as que receberam a nota mínima, E, eram privadas.

A briga termina por prejudicar as próprias universidades. A capacita-

ção de professores, considerado ponto essencial pelo MEC, perde força. A impossibilidade de encontrar espaço para todos que deveriam ser mestres e doutores faz com que as escolas tenham conceitos baixos no Exame Nacional de Cursos, e dificuldades para ampliar sua pós-graduação.

Uma das possibilidades, defendem os reitores, seria formar redes de ensino de pós-graduação — escolas reuniriam esforços e recursos para desenvolver mestrados e doutorados. A idéia é vista com entusiasmo pelo ministério, mas não emociona as universidades públicas. “Eles relutam em se associar a outras escolas, há um certo rancor contido entre universidades públicas e privadas”, afirma Brasilmar Nunes, professor da UnB e coordenador do painel *Estratégias de Capacitação do Corpo Docente*, na reunião do Crub.

AVALIAÇÃO

Um dos poucos assuntos que forcem uma trégua entre o setor público e privado é a questão da avaliação das universidades. Ponto de honra para a administração de Paulo Renato Souza no MEC, o sistema usado pelo ministério causa calafrios em reitores de todos os lados. “A avaliação pode passar pela punição da universidade”, defende o presidente do CRUB, José Carlos Almeida.

A posição do Conselho é a resposta à ameaça do MEC de descredenciar cursos que não consigam cumprir os mínimos requisitos de qualidade. Um processo que já começou a andar para as faculdades que tiraram conceito E nos dois exames feitos até agora.

Os reitores são unânimes nas reclamações quanto ao Provão, que consideram superficial demais para ameaçar com descredenciamento uma universidade. Defendem o Programa de Avaliação Interna das Universidades Brasileiras (Paiub), um sistema que avalia o funcionamento da universidade, mas é feito por equipes da própria instituição. No entanto, o programa não chegou sequer perto do resultado esperado.

O levantamento feito por Nunes revela que, principalmente por motivos burocráticos, a avaliação demorou a ser feita ou finalizada, ateu-se principalmente a dados quantitativos e não conseguiu transformar-se em mudanças práticas.

“O Paiub não conseguiu legitimidade”, afirma Maria Helena Castro, presidente do Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas (Inep), ligado ao MEC. A avaliação prevista pelo ministério incluiu o Paiub, o Provão, o censo do professor e a análise de comissões de especialistas que visitarão as escolas com notas E. A possibilidade de descredenciamento é, no entanto, irreversível. “São recursos públicos altos que vão para o ensino superior”, diz Maria Helena. “A sociedade quer a nossa garantia que estas universidades podem recebê-los.”

Arte: Fernando Lopes

